INCENTIVO ÀS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, LANÇAMENTO E COBRANÇA ADMINISTRATIVA, tendo em vista o inciso I, artigo 6º da Portaria 168, de 11 de maio de 2020.

SEBASTIÃO MELCHIOR PINHEIRO
Conselheiro Nato

PAULO BRUNO RIBEIRO DE OLIVEIRA
Conselheiro Nato

DAVILINE BRAVIN SILVA
Conselheira

ADEMIR APARECIDO DA SILVA
Conselheiro

NYVEA LOURENÇO
Conselheira

RUBENS RORIZ DA SILVA
Conselheiro

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 29/2024

Recorrente: DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A. Advogado: DANIEL VITOR BELLAN. OAB/SP 174.745. Recorrida: FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. Origem da decisão: 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS.

DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A., irrisignado com a decisão da 1ª Câmara deste egrégio Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, no julgamento do Recurso Voluntário nº 237/2023 (Acórdão nº 21/2024 - doc. SEI 134663044), processo fiscal nº 04034-00003218/2022-01, interpôs, via procurador habilitado (mandato incluso doc. SEI 139545063, fl. 02), Recurso Extraordinário ao Pleno, em 26/04/2024 (doc. SEI 139545022 e 139545059). 1. RECEBO O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Decreto nº 33.268, de 18 de outubro de 2011, e, ainda, no art. 28, da Lei Complementar nº 968/2020 e no Parecer Jurídico nº 202/2021 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, uma vez constatada sua tempestividade. 2. Audiência prévia da douda Representação Fazendária. 3. Publique-se e distribua-se.

Brasília/DF, em 07 de maio de 2024
PAULO BRUNO RIBEIRO DE OLIVEIRA
Presidente

RECURSO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA Nº 42/2024

Recorrente: WILLIAM MARQUES. Recorrida: FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo: 04044-00005030/2024-14 - SEI/DF. Origem da decisão: COORDENAÇÃO DE TRIBUTOS DIRETOS/GERÊNCIA DE GESTÃO DO IPVA.

A autoridade de primeira instância, ao não reconsiderar a decisão de indeferimento do pedido de RECONHECIMENTO DE BENEFÍCIO FISCAL DE CARÁTER NÃO GERAL, encaminha, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI/DF, esta decisão ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, nos termos do artigo 109 da Lei nº 4.567, de 9 de maio de 2011, para apreciação em segunda instância, acompanhada das razões aduzidas pelo contribuinte (doc. SEI 138966489, fl. 04). 1. RECEBO O RECURSO, com suporte no artigo 10, inciso XIV, do Decreto nº 33.268, de 18 de outubro de 2011, e, ainda, no art. 70 da Lei nº 4.567/2011 c/c o art. 28 da Lei Complementar nº 968/2020 e no Parecer Jurídico nº 202/2021 da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, uma vez constatada sua tempestividade. 2. Publique-se e distribua-se.

Brasília/DF, em 06 de maio de 2024
PAULO BRUNO RIBEIRO DE OLIVEIRA
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 217, DE 08 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a Política de Impressão no âmbito da SES-DF e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, do artigo 509, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 39.546, de 19 de dezembro de 2018, publicado no DODF nº 241, de 20 de dezembro de 2018, e ainda:

CONSIDERANDO a necessidade de promover o uso racional dos recursos de impressão, reduzindo custos e impacto ambiental decorrente da produção e descarte dos insumos;

CONSIDERANDO a necessidade de instruir os usuários quanto à correta utilização dos recursos de impressão;

CONSIDERANDO que recursos de impressão visam o atendimento as necessidades coletivas de natureza continuada;

CONSIDERANDO a Portaria SGD/ME nº 844/2022, que Institui o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão, no âmbito dos órgãos e das

entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) do Poder Executivo Federal; resolve:

Art. 1º Instituir a Política de Impressão, com a finalidade de instruir a utilização dos serviços de impressão, cópia e digitalização de documentos, por meio da adoção de padrões e melhores práticas baseados nos princípios de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade da Administração Pública Distrital.

Art. 2º Para os efeitos desta Política, consideram-se as seguintes definições:

I - recurso de impressão: Conjunto de equipamento e serviço que possibilitem a impressão, cópia e digitalização de documentos, nos formatos A4/A3;

II - ilha de impressão: Localização física de equipamento de impressão, para atendimento a um setor ou a um grupo de setores;

III - cotas de impressão: Recurso para delimitar as quantidades de páginas impressas mensais por área, departamento, setor ou por indivíduo;

IV - impressão retida: Recurso de impressão que retém a impressão na impressora, sendo liberada somente mediante a autenticação do usuário no equipamento de impressão;

V - unidade gestora: Unidade responsável pelo provimento dos serviços de impressão, cópia e digitalização de documentos, cuja atribuições são de competência da Coordenação Especial de Tecnologia da Informação em Saúde (CTINF); e

VI - usuários: Servidores, terceirizados, prestadores de serviços, estagiários, aprendizes, internos, preceptores ou qualquer outro cidadão que esteja apto e autorizado a utilizar os serviços de impressão, cópia e digitalização de documentos no âmbito SES-DF.

Parágrafo único. Deverão ser observadas, caso se faça necessário, as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709, de 2018, cabendo a sua aplicação às áreas responsáveis pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da SES-DF.

Art. 3º Não serão objeto desta Política, os serviços de:

I - serigrafia;

II - plotters ou grandes formatos;

III - prototipagens em impressoras 3D;

IV - reprografia;

V - produção de rótulos autoadesivos, cupons e pulseiras.

Art. 4º A Política de Impressão deve observar as seguintes diretrizes:

I - impressão, cópia e digitalização de documentos apenas no interesse da Administração, em atividades de cunho institucional;

II - adoção de limite de impressão monocromática (preto e branco) e policromática (colorida), no interesse da Administração;

III - implementação do conceito de ilhas de impressão, visando o compartilhamento dos equipamentos de impressão, com eficiência energética, racionalização do espaço físico e suprimentos; e

IV - adoção de tecnologias que consomem menos energia elétrica, respeitam a saúde do trabalhador e tornam mais seguro e eficiente o serviço de impressão.

Art. 5º Compete à Unidade Gestora:

I - implementar a Política de Impressão e verificar seu cumprimento;

II - realizar a gestão e configuração dos serviços de impressão, assim como do sistema de gerenciamento e bilhetagem;

III - distribuir, remanejar e recolher equipamentos de impressão, conforme a necessidade do serviço, observados os critérios definidos nesta Portaria;

IV - monitorar os serviços de impressão, mantendo registros dos dados referentes ao número de equipamentos de impressão, ao número de impressões e aos dados referentes à subutilização dos equipamentos de impressão;

V - analisar o consumo e adequar a distribuição dos recursos de impressão, visando atender ao maior número de usuários e a maior demanda de impressão por equipamento de impressão;

VI - estabelecer, se necessário, cotas de impressão, por unidade setorial, por impressora, por formato, por modos cor ou por usuário, considerando o interesse da Administração;

VII - implementar mecanismo de segurança, que habilite a impressão somente quando o usuário se autenticar na impressora (usuário e senha);

VIII - adotar, se necessário, mecanismos para redução de impressão como limite de páginas de um documento, redirecionamento de documentos grandes para impressoras com custo menor, limite de cópias de documentos, restrição de tipos de arquivos aceitáveis, tempo mínimo entre impressões e tempo de descarte; e

IX - manter informações necessárias a auditoria dos serviços, tais com número de páginas impressas por: modos cor, formato, tamanho, modo, grau de sigilo, tipologia do equipamento de impressão, usuário, centro de custo, por horário, data, mês e/ou ano.

Art. 6º Compete aos usuários dos recursos de impressão:

I - realizar impressões, cópias ou digitalizações documentos necessários as atividades laborais, em atividade de cunho institucional;

II - realizar a autenticação no equipamento de impressão, com os próprios dados de usuário (usuário e senha), para realização das atividades de impressão, cópia e digitalização;

III - utilizar, como padrão, o modo economia com configuração de impressão monocromática (escala de cinza);

IV - utilizar o modo de impressão policromática apenas quando for indispensável, abstendo-se para trabalhos rotineiros que dispensam apresentação especial;

V - sempre revisar os documentos antes da impressão para mitigar impressões desnecessárias por erro;

VI - não abandonar ou esquecer os documentos impressos nos equipamentos de impressão;

VII - utilizar, por padrão, o modo de impressão frente e verso;

VIII - realizar a reposição de papel, de forma a manter o equipamento de impressão pronto para o uso; e

IX - finalizada a utilização do impresso, ou em caso de impressão por erro, quando não houver visíveis - dados pessoais, ou dados pessoais sensíveis - reaproveitar o verso do papel impresso como blocos de rascunho, do contrário, providenciar descarte com a destruição total do impresso.

Art. 7º São práticas vedadas:

I - alterar as configurações dos equipamentos de impressão;

II - puxar bruscamente o papel atolado, muito menos utilize objetos pontiagudos ou cortantes para retirá-lo;

III - alterar a localização do equipamento de impressão;

IV - rasurar ou remover as etiquetas de identificação do equipamento de impressão e/ou do transformador;

V - colocar folhas com grampos e/ou clips no Alimentador Automático de Documentos (ADF);

VI - colocar copos, vasos e/ou similares sobre o equipamento de impressão;

VII - desconectar o equipamento de impressão da rede lógica;

VIII - desconectar o equipamento de impressão diretamente na rede elétrica sem o uso de transformador elétrico;

IX - colocar peso sobre o equipamento de impressão;

X - carregar a bandeja de papel com papel úmido;

XI - puxar a folha antes da conclusão do processo de impressão; e

XII - efetuar a substituição do tonner ou realizar a manutenção do equipamento de impressão.

Art. 8º Eventualmente, no caso de atingimento dos limites contratuais, poderá a unidade gestora e/ou o gestor do contrato interromper ou racionalizar o uso dos recursos de impressão visando a manutenção do equilíbrio econômico do contrato de prestação de serviço.

Art. 9º Os casos omissos serão dirimidos pela CTINF, que poderá expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 43, DE 03 DE MAIO DE 2024

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XX, artigo 61, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 6º, do art. 229 da Resolução nº 2/2023-CEDF e, ainda, o contido no Processo 00080-00001425/2023-42, resolve:

Art. 1º Declarar a extinção, de ofício, da seguinte instituição educacional:

CEI - ASSEFE - Centro de Educação Infantil da Associação dos Servidores do Senado Federal, situado no SCES Trecho 1, Conjunto 1, Lote 7, Brasília - Distrito Federal, mantido por: Associação dos Servidores do Senado Federal, e último credenciamento: Portaria nº 462, de 23/12/2016.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO SENA SANTOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 44, DE 07 DE MAIO DE 2024

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XX, do artigo 61, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 268, incisos VIII e X, da Resolução nº 2/2023 - CEDF, e, ainda, o contido no Processo 00080-00309698/2023-32, resolve:

Art. 1º Aprovar a mudança de denominação do Colégio Objetivo DF - Unidade X, situado na Quadra 106, Praça Canário, Lote 5, Águas Claras, Brasília - Distrito Federal, mantido pelo Centro Educacional Águas Claras DF Ltda., inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 19.867.123/0001-52, com sede na Rua 25 Norte, Lote 3, Águas Claras, Brasília - Distrito Federal, para: Blue Global School.

Art. 2º Aprovar a mudança de endereço da instituição educacional, de: Quadra 106, Praça Canário, Lote 5, Águas Claras, Brasília - Distrito Federal, para: SGAS 616, Conjunto C, Consultórios 1 a 12; 101 a 117; 201 a 204; Plano Piloto, Brasília - Distrito Federal.

Art. 3º Homologar a transferência de mantenedora da instituição educacional, de: Centro Educacional Águas Claras Ltda., CNPJ nº 19.867.123/0001-52, com sede na Rua 25 Norte, Lote 3, Águas Claras, Brasília - Distrito Federal, para: Blue Global Educacional Ltda., CNPJ nº 51.286.720/0001-04, com sede no SGAS 616, Conjunto C, Consultórios 1 a 12; 101 a 117; 201 a 204; Plano Piloto, Brasília - Distrito Federal.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO SENA SANTOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 45, DE 08 DE MAIO DE 2024

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO, DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XX, do artigo 61, do Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 38.631, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 268 da Resolução nº 2/2023 - CEDF e, ainda, o contido no Processo 00080-00305247/2023-26, resolve:

Art. 1º Homologar a mudança de denominação da mantenedora do Instituto Resendê, situado na QNA 41, Lote 02, Taguatinga, Brasília - Distrito Federal, de: Odontoclínica Resendê Ltda., para: Grupo Resendê Saúde e Ensino Ltda., inscrito no CNPJ sob o nº 02.958.872.0002-73.

Art. 2º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO SENA SANTOS

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONSELHO PENITENCIÁRIO

ATA DA QUARTA MILÉSIMA QUINGENTÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA
Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas, no Plenário Virtual, reuniu-se o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sob a Presidência do Conselheiro Reinaldo Cosme Vilar de Oliveira Júnior. Presentes, os Senhores Conselheiros: Pedro Arruda da Silva, Aquiles Rodrigues de Oliveira, David Alexandre Teles Farina, Ana Carolina Graça Souto, Leonardo Melo Moreira, Anna Paula Coutinho de Barcelos Moreira e Sefora Azevedo Silva Zortéa. Ausente, justificadamente, a Conselheira Natália do Carmo Rios Anderáos. COMUNICAÇÕES DIVERSAS: O Senhor Presidente comunicou aos demais Conselheiros que deu posse, na data de ontem, à Doutora Natália do Carmo Rios Anderáos, que foi reconduzida à função de Conselheira Titular deste Colegiado, na condição de representante do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS: Distribuídos, na forma regimental, aos Conselheiros: Pedro Arruda da Silva o Processo nº 85.161-30, Aquiles Rodrigues de Oliveira o Processo nº 100.275-04, David Alexandre Teles Farina o Processo nº 406.786-46, Ana Carolina Graça Souto o Processo nº 408.471-59, Leonardo Melo Moreira o Processo nº 27.768-98, Anna Paula Coutinho de Barcelos Moreira o Processo nº 409.916-15, Sefora Azevedo Silva Zortéa o Processo nº 35.731-21. JULGAMENTOS: O Conselheiro Pedro Arruda da Silva relatou o Processo nº 400.097-83, tendo sido aprovado, por unanimidade, pelo deferimento do indulto, nos termos do Decreto de 2023. O Conselheiro Aquiles Rodrigues de Oliveira relatou o Processo nº 408.487-13, tendo sido aprovado, por maioria, pelo deferimento da comutação de 1/5 da pena, nos termos do Decreto de 2023. O Conselheiro David Alexandre Teles Farina relatou o Processo nº 865-79, tendo sido aprovado, por maioria, pelo deferimento do indulto, nos termos do Decreto de 2022. A Conselheira Ana Carolina Graça Souto relatou o Processo nº 12.772-85, tendo sido aprovado, pelo deferimento da comutação de 1/5 da pena, nos termos do Decreto de 2023. O Conselheiro Leonardo Melo Moreira relatou o Processo nº 114.056-64, tendo sido aprovado, por unanimidade, pelo deferimento da comutação de 1/5 da pena, nos termos dos Decretos de 2014 e 2015 e pelo dedeferimento do indulto, nos termos do Decreto de 2022. A Conselheira Sefora Azevedo Silva Zortéa relatou o Processo nº 49.729-27, tendo sido aprovado, por unanimidade, pelo deferimento do indulto, nos termos do Decreto de 2023. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão às dezenove horas e vinte minutos e, para constar, eu, José Alves da Silva, Secretário do Plenário, lavrei a presente Ata que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, Brasília-DF, 02 de abril de 2024, Reinaldo Cosme Vilar de Oliveira Júnior, Presidente.

ATA DA QUARTA MILÉSIMA QUINGENTÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA
Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas, no Plenário Virtual, reuniu-se o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, sob a Presidência do Conselheiro Reinaldo Cosme Vilar de Oliveira Júnior. Presentes, os Senhores Conselheiros: Pedro Arruda da Silva, Aquiles Rodrigues de Oliveira, David Alexandre Teles Farina, Natália do Carmo Rios Anderáos, Ana Carolina Graça Souto, Leonardo Melo Moreira, Carolina Martins Miranda de Oliveira e Sefora Azevedo Silva Zortéa. Ausente, justificadamente, a Conselheira Anna Paula Coutinho de Barcelos Moreira. COMUNICAÇÕES DIVERSAS: O Senhor Presidente parabenizou a Doutora Natália do Carmo pela recondução à função de Conselheira deste Colegiado, desejando-lhe sucesso neste novo mandato. Com a palavra, os demais Conselheiros demonstraram satisfação com o retorno da Conselheira, tendo esta agradecido pela acolhida. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS: Distribuídos, na forma regimental, aos Conselheiros: Pedro Arruda da Silva o Processo nº 401.275-67, Aquiles Rodrigues de Oliveira o Processo nº 400.197-38, David Alexandre Teles Farina o Processo nº 403.438-20, Natália do Carmo Rios Anderáos o Processo nº 7.700-83, Ana Carolina Graça Souto o Processo nº 57.165-71, Leonardo Melo Moreira o Processo nº 409.069-13, Carolina Martins Miranda de Oliveira o Processo nº 40.973-29, Sefora Azevedo Silva Zortéa o Processo nº 405.044-15. JULGAMENTOS: O Conselheiro Aquiles Rodrigues de Oliveira relatou o Processo nº 100.275-04, tendo sido aprovado, por unanimidade, pelo deferimento da comutação de 1/5 da pena, nos termos do Decreto de 2023. O Conselheiro David Alexandre Teles Farina